

# Um diário de Higienópolis: elementos para a desconstrução de um “bairro aristocrático”

Pedro Beresin Schleder Ferreira

nº USP 8973928

## Resumo

O presente artigo tem como objetivo apresentar possíveis abordagens de pesquisa para alguns jornais publicados em São Paulo no início do século XX. Para tanto, sendo conceitualmente inviável tratar da investigação de fontes históricas desvinculadas de uma problemática específica, serão apresentados os enfoques utilizados para estudar a paisagem e o cotidiano de Higienópolis em suas primeiras décadas. Dentre as diversas problemáticas possíveis nessa investigação, o enfoque foi dado na busca por elementos que tensionassem a representação dessa região como um “bairro aristocrático”.

Na dialética própria à produção do conhecimento histórico, envolvendo a problemática e a fonte, conjuntamente com suas limitações físicas, foi desenvolvido uma abordagem dos jornais a partir da reunião de pequenos fragmentos informacionais contidos em suas páginas. Além da descrição e conceituação desse processo, tem parte no artigo também a apresentação de seus rendimentos para a supracitada pesquisa.

**Palavras-chave:** Higienópolis, Cultura Material, Jornais

Uma tipologia documental dificilmente pode ser tomada como um objeto autônomo de estudo ou reflexão. Afinal, é apenas no diálogo entre documentos e problemáticas que é construído o conhecimento histórico, não existindo, portanto, informações imanentes a um documento, mas constantemente criadas a partir da interação com os pesquisadores que sob ele se debruça. É confiante nessa concepção, para a qual novas problemáticas podem dar origem a enfoques inovadores de fontes já largamente estudadas, que pretendo expor a abordagem elaborada no âmbito de minha pesquisa de mestrado para alguns jornais publicados em São Paulo nas primeiras décadas do século XX.

A investigação teve seu ponto de partida em uma simples, porém profunda suspeita envolvendo os discursos que cercaram o bairro de Higienópolis nas primeiras décadas do século XX. No período, esse foi largamente representado como um “bairro aristocrático”, ou seja, um local povoado exclusivamente pelas elites e materializado em fina sintonia com suas preferências culturais “europeias”, “modernas” e *chics*. Os palacetes, as avenidas arborizadas, os formosos jardins, os automóveis, os bondes, a fresca amplitude das vias, as roupas da moda, as elegantes *madames* e *mademoiselles*, os senhores, os coronéis, os doutores, os chapéus, os charutos... são todos elementos que povoavam essa representação “aristocrática” e homogeneizante do bairro.

A difusão social dessa representação foi vasta, abrangendo dos discursos conservativos de políticos, à ira revolucionária dos escritores modernistas e de redatores da “mídia operária”, alcançando praticamente o estatuto de um lugar comum no imaginário da cidade<sup>1</sup>. Apesar da importância dos discursos historiográficos, redigidos *a posteriori*, para meu acesso inicial a esse imaginário, em meu estudo, enfoquei apenas os discursos que ocorreram simultaneamente à existência do “bairro aristocrático”, período compreendido entre o lançamento do *Boulevard Bucharde*<sup>2</sup> (1894) até a década de 1930, momento em que diversos fatores internos e externos à vida em Higienópolis, tais qual a verticalização do bairro, a

---

<sup>1</sup> A recorrência da representação de Higienópolis como um “bairro aristocrático” foi verificada em muitas instâncias: as narrativas históricas do bairro realizada por Maria Cecília Naclério Homem (1980) e Richard Morse (1954), povoada exclusivamente pela “aristocracia cafeeira”; o pronunciamento de representantes da municipalidade, como Alcântara Machado, que em 1914 defendeu na Câmara Municipal a proibição de “casebres e vendolas” no bairro; ou até mesmo em Paulicéia Desvairada (1922), no qual Mário de Andrade dedica um poema a expressar suas controversas relações com o bairro de “mansões” e “casas nobres de estilo”. O que une esses variados discursos é a representação do “bairro aristocrático” como um ambiente de homogeneidade sócio espacial, povoado exclusivamente por famílias abastadas e suas correspondentes materialidades, marcadas pelo luxo, pela sofisticação e pela “modernidade”.

<sup>2</sup> Trata-se do nome atribuído por Martin Burchard e por Victor Nothmann ao seu loteamento, que posteriormente passou a ser chamado, conjuntamente com outras áreas lindeiras, de Higienópolis.

ascensão de novos modos de vida e de sociabilidade, entre outros, convergem na reordenação do imaginário urbano e, conseqüentemente, também do bairro.

Porém, apesar da larga difusão dessa representação, e de todos os seus sinais comprobatórios, teria sido Higienópolis, nas suas primeiras décadas, de fato um “bairro aristocrático”? A pretensa homogeneidade sócio espacial do bairro contida nos discursos sociais teria sido presente na concretude do cotidiano do bairro? Ou teria existido uma heterogeneidade cuidadosamente silenciada e subtraída por esses discursos?

Movido por essa suspeita dei início à investigação, em busca de indícios que permitissem observar a presença social e material de outros grupos no bairro que não as “elites cafeeiras” e seus palacetes. Ao passo em que minha hipótese foi se confirmando, ao invés da plenitude do “bairro de elite”, consolidada na historiografia, passei a olhar para Higienópolis como um espaço de conflito. Conflito que se manifestava no acobertamento da diversidade social não reconhecida do bairro, que sugere o contínuo atrito entre as estratégias de sobrevivência dos remediados e pobres e as tentativas das elites de transporem seu imaginário para a realidade. Conflito também que se manifestava nos paradoxos da própria modernização urbana, seja nas complicações geradas por certos objetos, como o bonde e o automóvel, seja pela inusitada convivência de materialidades urbanas “modernas” e “atrasadas”, em tensão com o pretenso “progresso” que representava o bairro.

A partir do desenvolvimento desse primeiro mote novos caminhos de pesquisa se abriram, norteados por questões vinculadas às motivações e interesses veiculados na produção, difusão e consumo dessa representação, assim como com as estratégias retóricas empregadas em sua consolidação. Porém, para os fins desse artigo me aterei apenas à investigação da questão inicial, que se encontra em estágio mais avançado de desenvolvimento até o presente momento.

Para dar início a seu desdobramento, como para qualquer outra problemática, foi central a escolha das fontes mais adequadas para a pesquisa. Para tanto, procurei por aquelas na qual o discurso do “bairro aristocrático” não era preponderante, ou sequer existia, permitindo a análise de “outras vozes” que comportassem outras miradas para Higienópolis que não as já largamente difundidas nos discursos sociais e na historiografia<sup>3</sup>.

Três foram as fontes eleitas para a análise, cada uma escolhida por certas particularidades. A começar pelo levantamento aerofotogramétrico realizado pela SARA-Brasil (1930), selecionado por tratar-se de uma representação cujas finalidades passam ao largo de

---

<sup>3</sup> Refiro-me principalmente às obras de HOMEM (1980) e MORSE (1954), largamente utilizadas como referências para a História de São Paulo.

representar Higienópolis como um “bairro aristocrático”, antes focada em estabelecer um instrumento de planejamento e controle fiscal para a municipalidade (MENDES, 2014). Sendo assim, apresenta preciso levantamento de todos os lotes e volumes edificados da cidade, permitindo o estudo das tipologias construtivas presentes no bairro assim como da sua divisão de terras.

Outro caminho frutífero foi a pesquisa nos projetos arquitetônicos apresentados junto aos pedidos de obra, arquivados no Fundo de Obras Privadas do Arquivo Municipal de São Paulo. Por tratar-se de um procedimento obrigatório para a execução de qualquer obra na cidade, os projetos contidos no Fundo não obedecem a nenhuma seleção prévia. Estão excluídos deles apenas os que foram realizados em contrariedade à lei, atitude essa, que como pudemos observar pela grande variedade de tipologias construtivas presentes em Higienópolis, não obedecia a nenhum critério econômico ou social. Sendo assim, a análise conjunta desses projetos permite analisar a paisagem construída do bairro sem perpassar por filtros discursivos que poderiam tentar promover sua homogeneidade “aristocrática”.

Por fim, a terceira fonte utilizada foram alguns jornais que circularam por São Paulo no período. Dentre os exemplares correntes à época, foram utilizados simultaneamente os acervos disponibilizados pela Biblioteca Nacional Digital de *O Correio Paulistano*, *O Combate*, *A Federação* e do *Diário Nacional*, conjuntamente com o acervo digital de *O Estado de São Paulo*. A escolha desses diários em detrimento de outros, para essa etapa do trabalho, não teve outro critério que não a larga presença de informações encontradas sobre o bairro de Higienópolis em suas páginas. Como veremos adiante, apesar de parecer simplista para a investigação em jornais, para a abordagem de pesquisa elaborada trata-se de um critério mais que suficiente.

Nas páginas dos diários foram encontrados indícios valiosos para a investigação das práticas e relações sociais mantidas no bairro, assim como dos usos das edificações, dos modos de morar, nomes e dados a respeito de seus habitantes, ocorrências e acontecimentos, entre outros. Sendo assim, além de informações sobre práticas sociais, formas de sociabilidade, ocorrências e acontecimentos do bairro, através dos jornais foi possível complementar a materialidade de certos elementos presentes nas outras fontes, tal qual as residências e vias, assim como pesquisar outros objetos ausentes nessas, tal qual o calçamento e os meios de transporte.

Embora as três fontes tenham sido utilizadas conjuntamente, a pesquisa nos diários foi a que proporcionou os mais surpreendentes resultados, assim como foi realizada de forma pouco conveniente até o momento nas pesquisas históricas. Sendo assim, no presente artigo

tratarei de aprofundar a maneira de pesquisa que me permitiu “contornar” o discurso do “bairro aristocrático” e explanar esse caminho analítico, assim como demonstrar alguns de seus rendimentos.

## O diário do bairro

Os jornais foram largamente tomados pela historiografia recente como um meio de comunicação através do qual um determinado grupo social expressa e difunde seus discursos. Sob essa perspectiva foram desenvolvidos estudos que exploraram essa ação comunicativa do jornais em múltiplos aspectos: a elaboração de uma História da Imprensa<sup>4</sup>, enquanto objeto autônomo; a compreensão do lugar da mídia na sociedade<sup>5</sup>; a pesquisa de discursos sobre a cidade, a “modernidade” e outros assuntos<sup>6</sup>, entre outras.

A utilização dos diários sob esse ponto de vista conduziu a abordagens centralizadas na análise discursiva, nas quais o foco investigativo esteve antes nos autores e no contexto dos textos do que em suas informações. Nesse sentido, longe de visar abdicar da análise simultânea de texto, autor e contexto pode-se pensar o estabelecimento de outro equilíbrio para essa equação. Assim, complementar às análises com enfoque predominante nos agentes sociais que proferem os discursos ou no caráter conotativo dos textos, é possível elaborar uma análise denotativa para os mesmos. Nessa, interessa menos a opinião dos autores sobre os fatos (embora essa nunca seja desprezível) e as formas de articulação dos discursos e de construção das representações sociais, centrando-se o foco nas *informações periféricas* que nos textos são relatadas.

Um breve exemplo pode clarificar esse ponto. Tomemos a notícia veiculada pelo *O Correio Paulistano*, em 20 de novembro de 1910, que relata o assassinato ocorrido na residência de Antônio Monica. Por tratar-se de uma reportagem com certo destaque, há muitos elementos que permitem analisar o discurso do jornal sobre o ocorrido, desde o rude sensacionalismo que permeia o texto, o mórbido interesse dos leitores abastados d’*O Correio*

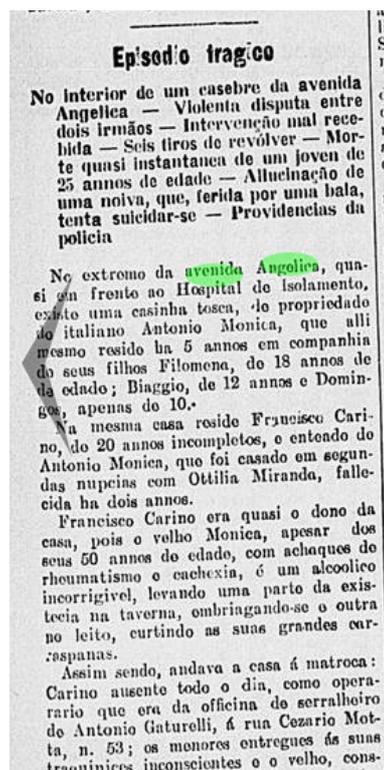
---

<sup>4</sup> Podem ser citados como exemplo as pesquisas de Oscar Pilagallo (2003) e de José Marques de Mello (2014).

<sup>5</sup> Estão dentro do escopo dessa linha os estudos de Maria Helena Capelato e Maria Lígia Prado sobre *O Estado de São Paulo* (1980) e a investigação de Tânia Regina de Luca sobre a grande imprensa brasileira do século XX (2008); dentre outros que estão melhor apresentados nas revisões bibliográficas realizadas por LUCA (2008) e CAPELATO (2015).

<sup>6</sup> São exemplos desse conjunto de trabalhos as pesquisas de Ana Claudia Scaglione Veiga de Castro sobre as crônicas de Menotti del Picchia n’*O Correio Paulistano* (2005); de Nicolau Sevckenko sobre o efervescente cenário cultural na São Paulo dos anos 1920 (1992); e de Márcia Padilha Lotito sobre a publicidade veiculada nos diários da década de 1920 na capital paulista (1997).

na tragédia de uma família operária, até pequenos detalhes como a importância dada à nacionalidade do dono da residência em que transcorreram os fatos. Poderia se discutir também os conflitos da vida privada, no qual entraram em confusão o irmão de Filomena e seu noivo, confronto que acabou no derramamento de sangue do primeiro. Porém, para além do acontecimento, há outra camada de informações, que são os pequenos detalhes que estão contidos no texto, que tem pouca importância para os objetivos centrais da reportagem, motivo pelo qual os denominei de *informações periféricas*.



Trecho da reportagem em que foi narrado o assassinato na casa de Antonio Monica. Fonte: *O Correio Paulistano*, 20/11/1910.

Nessa reportagem, essas informações são: a conformação da família de Antonio, de 50 anos de idade, que morava junto a sua esposa e seus três filhos, com 18, 12 e 10 anos respectivamente, mais o enteado Francisco Carino, de 20 anos; a nacionalidade de Antonio, que era italiano; a vida restritamente doméstica que levava sua única filha Filomena; a profissão de Carino, que era operário em uma serralheria na Rua Cesario Motta, na Consolação; o endereço da residência da família, que ficava na Av. Angélica, quase em frente ao Hospital de Isolamento; a qualidade de sua residência, descrita como “casebre” e “casinha tosca”; e, por fim, da existência de um menino “de cor preta”, chamado Benedicto Silva, que foi testemunho do assassinato e morava na Av. Angélica, 420.

Se colocadas em foco não apenas os motivos centrais da reportagem, mas suas *informações periféricas*, a conjugação desses fragmentos nos permite obter outra mensagem do mesmo texto: a de que na Av. Angélica moravam operários, portanto, indivíduos de baixa renda, italianos, pessoas de “cor preta”; assim como que ali havia residências que aos olhos do repórter d’*O Correio* eram dignas de denominações e adjetivações diminutivas. Trata-se de, à maneira de Carlo Ginzburg (1990), de uma abordagem próxima ao paradigma indiciário que move a pesquisa detetivesca: a busca por pequenos detalhes que, reunidos, podem produzir uma nova informação, que não estava diretamente pronunciada anteriormente.

Apesar da eficiência desse método, note-se, porém, que não se deve deixar levar por uma ilusão de truísmo. Grande parte da *informação periférica* está integrada a um contexto discursivo e possui um autor, que deve sempre ser considerado na avaliação crítica do documento, mas, nesse caso, sem tornar-se o objeto central da análise. Assim, a descrição da residência de Monica como “casinha tosca” deve ser compreendida dentro do discurso de um repórter que escreve para o *Correio Paulistano*, jornal que circulava predominantemente pelos setores mais abastados da sociedade. Não se pode toma-la literalmente, já que é feita a partir de seu ponto de vista, que é em grande parte formado pelo direcionamento editorial do diário.

N’ *O Correio* observa-se que as ações dos pobres e remediados eram comumente relatadas apenas em seus infortúnios. É, portanto, através dessa pequena janela, focada na desgraça e na tragédia, que a vida desses segmentos comumente aparecia no diário. É preciso estar atento para não cometer o equívoco de aderir a esse olhar reducionista para seus modos de vida. O diminutivo “casinha” parte da referência de grandeza do repórter e de seus leitores, acostumados provavelmente com residências de porte médio e grande, ou até mesmo palacetes, assim como serve à tendência sensacionalista do texto, visando ampliar a sensação da tragédia familiar.

O termo “tosca”, por sua vez, deve ser considerado à luz do repertório arquitetônico da época, assim como da posição social elevada do repórter. Diferentemente do que sugere aos ouvidos atuais, nos quais a má fatura e grosseria em uma construção de baixo poder aquisitivo tende a imaginação para a autoconstrução dos bairros periféricos, à época o termo possivelmente designava apenas uma construção com pouca profusão decorativa. Por fim, para melhor definir a expressão “casinha tosca” procurou-se “calibrar” os significados atribuídos ao termo com informações contidas em outras fontes. Assim, imagina-se que a “casinha tosca” de Antonio correspondia a uma das muitas “casas operárias” da Av. Angélica,

encontradas no levantamento da SARA-Brasil e nos projetos contidos no Fundo de Obras Privadas.

A eficácia da pesquisa através das *informações periféricas* está diretamente relacionada às recentes transformações tecnológicas na disponibilização dos jornais para pesquisa. Até meados dos anos 2000, os diários de São Paulo eram acessíveis apenas pela via direta ou através de microfimes. Essa forma de acesso aos documentos estabelecia severos limites para seu manuseio, tornando praticamente impossível a extensa pesquisa de informações tão minuciosas quanto o nome de uma via ou de uma pessoa em diversas edições. Para compreendê-lo, basta imaginar o esforço necessário para buscar todos os textos que fizeram referência à Avenida Angélica nas edições d' *O Correio Paulistano* entre 1894 e 1930: seria necessário ler, analisar e tabular aproximadamente 172.800 páginas do diário!

Esse desproporcional trabalho só tornou-se viável com o auxílio da informática. Em 2006, a Biblioteca Nacional deu início à digitalização de seu acervo de jornais de todo o Brasil, que culminou na criação da Biblioteca Nacional Digital, hoje disponível pela internet. No que tange aos jornais de São Paulo, essa ação foi seguida pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo (2011), e pela criação dos acervos digitais da *Folha de São Paulo* (2011) e do *Estado de São Paulo* (2012). Com exceção do acervo do Arquivo Público, a digitalização dos outros três não repercutiu apenas em uma aceleração dos procedimentos de consulta, mas em sua reconfiguração. Além de facilitar o acesso e o manuseio dos documentos, o texto de todos os jornais foi indexado através da ferramenta *Docpro*<sup>7</sup>, transformando as hemerotecas digitais em grandes bases de dados. Dessa forma, a reprodução digital dos jornais passou a ser acessível através de um campo de busca por palavras-chave, semelhante ao utilizado pela *Google*, de maneira que, ao buscar por uma palavra em um periódico, ao pesquisador são disponibilizadas apenas as páginas nas quais essa consta, sendo ainda marcadas em verde as ocorrências para facilitar sua localização no texto. Não é difícil imaginar o quanto esse novo *modus operandi* facilitou a pesquisa de elementos pontuais como as referências à Avenida Angélica durante as quatro décadas supracitadas.

Com o auxílio das ferramentas que viabilizaram a pesquisa por palavras-chave, a investigação por *informações periféricas* relativas às outras facetas de Higienópolis foi extremamente frutífera. A leitura dos diários tornou-se uma tarefa de acumulação de fragmentos, dados dispersos e aparentemente vagos, pequenos indícios e breves ocorridos,

---

<sup>7</sup> O *Docpro* é empresa sediada no Rio de Janeiro e que realiza serviços vinculados à transposição de acervos impressos para acervos digitais e sua subsequente organização.

que ao serem reunidos deram forma a um quebradiço e multi-focal mosaico do cotidiano de Higienópolis, constituindo uma espécie de extenso diário do bairro.

Dada a infinita possibilidade de caminhos possíveis para a busca nas hemerotecas digitais é fundamental ressaltar o caminho utilizado para chegar a esse diário. Para tanto, na pesquisa nos acervos da Biblioteca Nacional Digital e do *O Estado de São Paulo* foram utilizados como palavras-chave os nomes de logradouros de Higienópolis. A escolha desse elemento para a pesquisa não foi fortuita, mas em estreita consonância com as práticas textuais comuns aos periódicos estudados. A começar pela comum associação, nas descrições jornalísticas, de casos e ocorrências ao seu espaço de acontecimento, no qual em geral figurava o nome da via onde transcorreu o fato. Assim, foi possível descobrir sobre acidentes, crimes, festas, passeatas, desfiles e outros eventos que se passaram no bairro.

Além das ocorrências, também era frequente a caracterização dos indivíduos, conjuntamente com a idade e a profissão, através de seu endereço de residência. Por meio desses, contidos em dispersas notícias, foi possível estabelecer uma extensa lista de moradores do bairro, dos quais as condições econômicas e o pertencimento social puderam ser estimados por descrição contida no texto ou pelo cruzamento de nomes e endereços com informações contidas nos pedidos de obras levantados no Arquivo Municipal. A subsequente busca de seus nomes na base de dados da Hemeroteca Digital em muitos casos resultou em aprofundamentos de informações sobre trajetória, profissão, renda e práticas dos moradores, que permitiram melhor apurar o espaço social do bairro.

Por último, os endereços também figuravam em anúncios, classificados e informes oficiais, através dos quais foi possível melhor desvendar as atividades comerciais e laborais que ali se desenrolavam, assim como informações sobre a atuação da municipalidade no bairro, contidas em leis, decisões e trechos das atas da Câmara Municipal, frequentemente publicadas nas páginas de alguns jornais, como *O Correio Paulistano*.

Apesar da larga abrangência do material encontrado e da miríade de possibilidades que ele guarda foram analisados somente os indícios que tensionavam a representação de Higienópolis como um “bairro aristocrático”. Para melhor guiar a análise, esses foram observados sob duas perspectivas: uma que priorizou as ações e eventos ocorridos no bairro e outra enfocada em sua materialidade. Longe de serem perspectivas antagônicas, são dois caminhos possíveis para atingir o mesmo objetivo: melhor apreender a paisagem do bairro, seu cotidiano e as relações e práticas sociais ali mantidas.

Através dos fatos e dados concernentes às práticas sociais e aos eventos transpassados em Higienópolis, ficamos sabendo que Nicola Baola, um operário de nove anos de idade que

teve um dedo cortado por um serra durante o expediente, morava na Av. Angélica nº 289<sup>8</sup>; e que no nº 313 da mesma Avenida, havia um botequim em que dois operários, Pedro Lanzelotti, morador da mesma via, e José de Gilli, entraram em uma briga de navalhas<sup>9</sup>. Da mesma forma, sabemos dos diversos acidentes envolvendo pedestres, bondes e automóveis de que a “charmosa” Avenida era palco cotidiano, aos quais voltaremos adiante. Sabemos do violento acerto de contas de um pedreiro morador da Rua da Consolação que era sublocatário de um cortiço na Rua Itambé nº 15, com seu inquilino<sup>10</sup>. Pela seção de “Pequenos Anúncios” n’*O Correio Paulistano* descobrimos um armazém para alugar na Rua Sabará, nº 25, venda e locação de muitas casas “para negócio” na Av. Angélica; e a demanda de criadas cozinheiras que dormissem “no aluguel” ou na casa do patrão, revelando a existência de uma população de criados que mantinham residência no bairro.

Ombro a ombro com a tranquilidade dos passeios, convivia a habitual intensidade dos botequins; lado a lado com a elegância da moda e o despontar dos palacetes, a ordem espalhafatosa dos cortiços; vizinhas às crianças empetecadas, os pequenos operários. Através desses pequenos casos e fatos, percebe-se que o cotidiano do “bairro aristocrático” em muito se confundia com o de um “bairro operário”, como eram comumente denominados os bairros predominantemente ocupados pelos subalternos. Essa aproximação torna patente o conflito existente em Higienópolis entre as diversas vivências desse espaço e sua monolítica representação, ressaltando o silenciamento sobre a vida dos pobres e remediados e o apagamento de suas materialidades nas diversas representações “aristocráticas” do bairro.

Nota-se também que para além dos grandes lotes e do empreendimento individual dos palacetes, muitas edificações foram ali realizadas para negócio visando os setores econômicos mais baixos. Nesse sentido, abrem-se caminhos para que seja repensado o processo de constituição do bairro, agora pensado como um espaço movimentado pelo mercado de terras e imóveis da cidade, onde para além dos grandes nomes da arquitetura e da engenharia, também atuaram e tiveram parte em sua constituição os práticos, pequenos construtores, rentistas, empreendedores, além, é evidente, dos próprios locatários.

---

<sup>8</sup> O Correio Paulistano, Desastres e Ferimentos, 1912.

<sup>9</sup> O Correio Paulistano, Desastres e Ferimentos, 1912.

<sup>10</sup> O Correio Paulistano, Factos Diversos, 5/01/1910.

## O dia-a-dia da materialidade

Conjuntamente com a investigação das ações, práticas e relações sociais presentes em Higienópolis foi estabelecida outra abordagem para os diários, focada na perspectiva da cultura material. Baseada nas formulações teóricas de Ulpiano Bezerra de Menezes<sup>11</sup> e nas práticas exemplares de Vania Carneiro de Carvalho<sup>12</sup> e Paulo César Garcez Marins<sup>13</sup>, esse enfoque trata de observar a dimensão material do bairro não como uma realidade física estanque, mas como parte participante de seu cotidiano e diretamente vinculada à sua vida social. A abordagem utilizada consistiu em “encarnar” os artefatos descritos nos textos dos diários de forma a compreender as implicações de sua existência para o dia-a-dia do bairro, tomando como referência principal as qualidades físicos-químicas intrínsecas aos artefatos e as consequências decorrentes de coloca-los em ação na prática cotidiana. Nesse sentido, foram trabalhados artefatos como a arquitetura, as vias públicas, a paisagem urbana e os meios de transporte, todos sempre em interação com os corpos humanos.

Tomemos como exemplo um dos objetos mais emblemáticos da pretensa “modernidade” do bairro, os bondes elétricos, que no caso de Higienópolis foram comumente retratados com características extensivas ao ideal “aristocrático”: asseados, luxuosos, charmosos e confortáveis. A crônica “Os bondes também têm alma...”, publicada no Diário Nacional, dá conta de bem exemplificar essa imaginação. Baseado na corrente dicotomia entre “bairro operário” e “bairro aristocrático” o autor contrapõe à baderna, violência, lotação e má conduta, que povoavam os bondes do Brás, à “alma encantadora” e “civilizada” dos bondes de Higienópolis:

*São almas educadas, que conhecem a regra das boas maneiras, que cedem o seu lugar, que não fumam nos primeiros bancos, que escolhem lugar para cuspir. Há na alma destes bondes, um cheiro vago de Agua de Colonia, e um aroma indeciso de machina de escrever.*

---

<sup>11</sup> Cf. MENESES, Ulpiano Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. São Paulo: Anais do Museu Paulista, 1994, vol. 2, no 1.; MENESES, U. B. de. Memória e Cultura Material: documentos pessoais no espaço público. São Paulo: Revista Estudos Históricos, CPDOC/FGV, 1998, vol. 11, no 21. E MENESES, U. B. de. Cultura material no estudo das sociedades antigas. Revista de História, São Paulo, n. 115, p. 103-117, 1985.

<sup>12</sup> Cf. CARVALHO, Vânia Carneiro de. Gênero e Artefato: O Sistema Doméstico na Perspectiva da Cultura Material. São Paulo, 1870-1920. São Paulo: Edusp, 2008.

<sup>13</sup> Cf. MARINS, Paulo César Garcez. Um lugar para as elites: os Campos Eliseos de Glette e Nothmann no imaginário urbano de São Paulo in São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades. São Paulo: Ed. Alameda, 2011 e MARINS, Paulo César Garcez. Através da rótula: sociedade e arquitetura no Brasil, séculos XVII a XX. Tese de doutorado (História Social) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

*De resto, nada de inconveniências, nada de palavrões, e, sobretudo, nada de pontapés atirados aos outros que acertam na gente.*

*(...) Os bondes são assejados, não cheiram senão a verniz e param nos postes regulamentares. (Diário Nacional, 29/01/1928)*

Em sua história de Higienópolis, Maria Cecília Naclério Homem, baseada no relato de membros da elite ex-moradores do bairro, acompanha o cronista no romanceio do passeio dos bondes, afirmando que em Higienópolis esses “aguardavam as damas saírem de suas casas para toma-los. Eram os criados que esperavam os bondes chegar, paravam-nos e depois iam chamar as senhoras” (HOMEM, 1980: 136). Os bondes a que se refere a autora, e provavelmente o cronista, tratam-se dos modelos de luxo que de fato circularam pelo bairro e que possuíam bancos estofados, janelas de vidro, tarifas mais cara e eram completamente fechados<sup>14</sup>

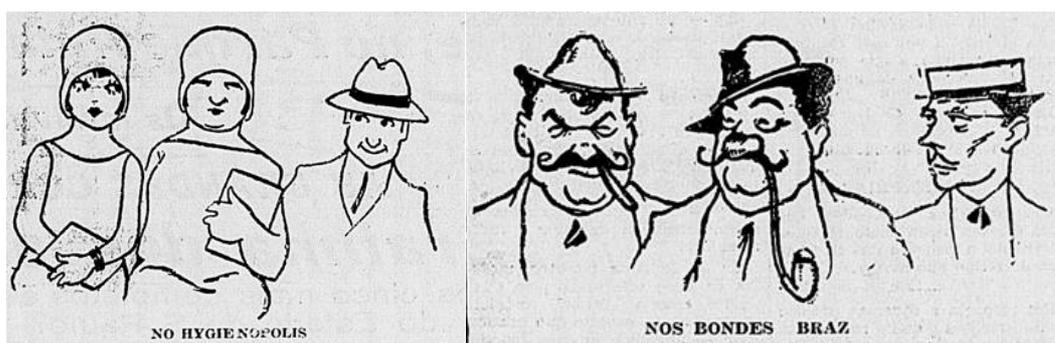


Ilustração que acompanhava a crônica “Os bondes também têm alma...”. Fonte: *Diário Nacional*, 29/01/1928.

N’ *O Correio Paulistano*, porém, encontramos indícios que contradizem essa aura luxuosa, encantadora e civilizada dos bondes de Higienópolis. Na seção “Desastres e Ferimentos” são inúmeros os casos de populares que saltaram ou caíram dos bondes em plena Av. Angélica. Para que ocorressem tais eventos, certamente não poderiam estar transitando nos veículos de “luxo”, pois além de terem preço restritivo, esses eram completamente vedados. Assim, é certo que circulavam por Higienópolis também os modelos comuns, abertos, abarrotados e repletos de “pingentes”, exatamente como a aqueles do Brás, como queria o cronista das almas<sup>15</sup>.

Pode-se pensar que esses pobres e remediados atravessavam a Avenida apenas de passagem, porém as duas linhas que por ali passavam eram circulares bairro-cidade, tendo

<sup>14</sup> Cf. reportagem realizada pelo jornalista Leandro Barbosa, exibida na Rede Aparecida de Televisão sobre o Museu dos Transportes Metropolitanos de São Paulo, 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vLJUcVM225I> (acessado 9/7/2015).

<sup>15</sup> Cf. as edições d’*O Correio Paulistano* referentes aos dias 15/05/1912; 03/03/1913; 24/09/1914; 12/11/1915; 05/12/1915.

como ponto final a Av. Paulista. Ambas circulavam apenas entre o Centro e o lado Oeste da cidade, subindo e descendo pelo mesmo percurso. Assim, as pessoas que por ali transitavam tinham o bairro de Higienópolis ou outro ditos “aristocráticos” (Campos Elísios, Vila Buarque, Santa Cecília, Av. Paulista) como destino, alguns para realizar serviços aos mais ricos, mas, como já vimos, é certo que muitos também por ali habitavam. Daí se deduz que, misturados às cartolas e às *madames*, transitavam pelas vias arborizadas corpos e cores desses outros grupos, que possivelmente ocupavam-nas com suas sociabilidades de rua, e tingiam o espetáculo social das elites com suas roupas e trejeitos.

Através do bonde também se entrevê que as relações humanas com as “máquinas do progresso” não eram efetivamente tão plenas quanto se gostaria de fazer parecer no ideário “aristocrático”. A começar pelo barulho do próprio veículo, fosse elétrico ou por tração animal, e de seus passageiros, que formavam pequenas multidões concentradas em vagões que passavam pela Avenida de dez em dez minutos. Não se podem desprezar também os repentinos baques e estalidos promovidos pelos diversos incidentes envolvendo os bondes, pedestres e automóveis na Avenida Angélica, largamente relatados nas páginas dos diários.

A alta incidência dessas ocorrências na Avenida pode ser clarificada por algumas de suas características materiais. Em primeiro lugar, a Avenida possuía grande atrativo para passeios de automóvel, uma vez que ligava o Centro com a Av. Paulista, o principal *corso* da cidade, e era considerada o “local preferido para a exibição dos almofadinhas”<sup>16</sup>, como relatado com desdém em notícia dada pelo *O Combate*, e confirmado nas reportagens elogiosas da revista de variedades *Fon Fon*. Complementar a seu atrativo social, a Avenida possuía também inclinação acentuada e longo comprimento, que favorecia o ganho de velocidade dos veículos na descida, contribuindo para a “mania de velocidade” dos motoristas, nos dizeres da época. Por último, sendo a via coberta por paralelepípedos de pedra, os automóveis preferiam trafegar nos trilhos dos bondes, que eram planos, evitando os sacolejos das pedras<sup>17</sup>.

É evidente que o tráfego de automóveis na mesma direção dos bondes colocava ambos os veículos em alta condição de colisão, acrescido ainda pelo ganho de velocidade nas ladeiras, mas não era só isso: os pneus dos automóveis emborrachavam os trilhos, tornando-os mais lisos e facilitando o desengate do bonde e seus consequentes acidentes. Esse mal era tão frequente, que para evita-lo existiam bondes especiais para a manutenção dos trilhos, que carregavam areia e soltavam-na por sobre eles para que recuperassem seu atrito.<sup>18</sup>

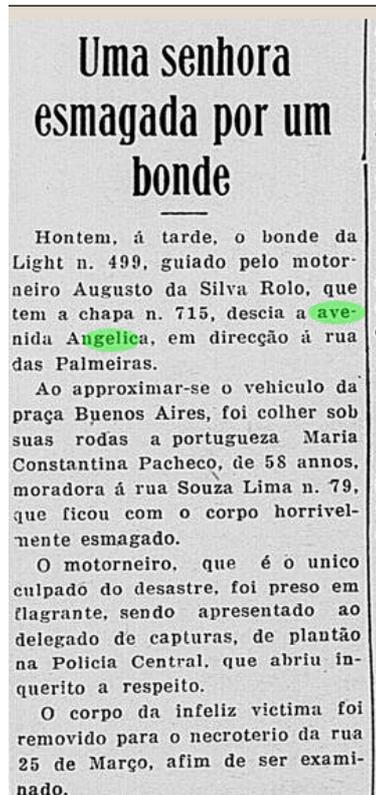
---

<sup>16</sup> “A lição da experiência”, *O Combate*, 19/01/1923.

<sup>17</sup> Cf. reportagem supracitada, realizada pelo jornalista Leandro Barbosa sobre o Museu dos Transportes Metropolitanos de São Paulo, 2013.

<sup>18</sup> Idem

Palacetes e arborização, bondes e carros, que desfilavam um cenário de plenitude e modernidade nas fotografias e nos discursos “aristocráticos”, paradoxalmente, formavam uma conjugação mortal na vida cotidiana. E na Av. Angélica, não eram vítimas apenas os pobres, mas também os ricos, que se acidentavam nos carros, ou que tinham seus filhos atropelados pelos veículos descontrolados.



Trecho da notícia publicada n’*O Combate*. Fonte: *O Combate*, 19/09/1925.

O desfrute das máquinas que traziam o progresso custavam escancaradamente (e não abstratamente como nas indústrias) algumas vidas. A relação entre homens e máquinas não eram íntegras e, por isso, os bairros mais “modernizados” muitas vezes poderiam ser tidos como locais perigosos<sup>19</sup>. Pode-se imaginar que a frequência de corpos estendidos no chão, do sangue na calçada, das latarias estraçalhadas, do medo de cruzar a via, de deixar as crianças à revelia e da inédita velocidade dos veículos provavelmente convivia no imaginário do bairro juntamente com a elegância e a calma que procuravam suscitar a arborização das vias e jardins e as suntuosas fachadas dos palacetes. Ao mesmo tempo em que era esplendorosa e

<sup>19</sup> Esse conflito ganhava corpo nas páginas d’*O Combate* e do *Diário Nacional*, nas quais eram realizados pronunciamentos explícitos contra o bonde e o automóvel. Eram recorrentes as acusações contra a manutenção dos bondes da *São Paulo Tramway, Light and Power Company* e principalmente contra motorneiros e motoristas, que eram chamados de assassinos. Nesses diários era comum a cobrança junto ao poder público para o estabelecimento de controle da velocidade em grandes avenidas, dentre as quais, a Av. Angélica.

espetacular a Avenida Angélica poderia ser também imaginada como um lugar marcado pelo medo e pelo funesto.

Conjuntamente com as brutas violências da “modernidade”, lado a lado outro de seus portentosos símbolos, a majestosa arquitetura dos palacetes e de seus jardins, figuravam materialidades que, nos dizeres da época, podem ser entendidas como “atrasadas”. Em 1914, foi publicado n’ *O Correio Paulistano* um relatório realizado por um engenheiro da Comissão de Obras da Prefeitura em defesa da necessidade urgente de calçamento da Rua Itambé (via que fazia esquina com a Vila Penteado). Dentre seus argumentos, nota que “esse serviço viria a contribuir para diminuir o lamaçal que se nota nas ruas que fazem cruzamento com a Avenida Higienópolis, por ocasião das chuvas”<sup>20</sup>. A invasão da lama na Avenida Higienópolis revela que o tão prezado asseio das vias não correspondia à totalidade do bairro, e sequer mesmo em sua Avenida símbolo.

Em 1903, ano em que Ganelsy tirou a emblemática fotografia da Vila Penteado<sup>21</sup>, a única rua pavimentada em todo o bairro era a Avenida Higienópolis. A própria Itambé, que ladeava o palacete, teve seu calçamento realizado apenas onze anos depois. No mesmo parecer é relatado que o trecho não calçado da Rua Sergipe, entre a Rua Bahia e a Avenida Angélica já estava “*quasi toda edificada, havendo entre as casas algumas de bellos typos architectonicos*”. Assim, podemos concluir que a consolidação do “bairro aristocrático” se deu à semelhança de outras expansões da cidade à época, com um ritmo lento e gradual de implantação das infraestruturas, que geralmente só eram alocadas pela municipalidade após larga ocupação da via. Assim, nota-se que para entender as primeiras décadas de Higienópolis, a contrapelo do apogeu retratado pela historiografia<sup>22</sup>, é necessário analisá-lo sob a perspectiva de um bairro **em processo** de consolidação. A expansão em processo explica o calçamento de muitas das vias do bairro terem sido feitos em etapas que distam em alguns casos décadas uma da outra, a exemplo da Rua Piauí, que teve seu primeiro trecho calçado em 1906<sup>23</sup>, outro em 1918 e o terceiro em 1921<sup>24</sup>.

---

<sup>20</sup> *O Correio Paulistano*, Parecer N° 11 da Comissão de Obras, 7/5/1914.

<sup>21</sup> Refiro-me à foto que aparece no n° 25 da Série B de postais de Guilherme Gaensly, disponível para visualização aqui: <https://sambahistorica.wordpress.com/2015/07/08/a-serie-b-de-guilherme-gaensly/> (acessado em 11/01/2016).

<sup>22</sup> Refiro-me principalmente às obras de HOMEM, 1980 e MORSE, 1954.

<sup>23</sup> As leis que autorizaram os orçamentos para obras são documentação que permite precisar, através da elaboração de um mapa cronológico, o desenvolvimento da pavimentação do bairro de Higienópolis. Esse esforço de especialização ainda não foi realizado, porém, está no horizonte de trabalho.

<sup>24</sup> O primeiro trecho, aprovado na Lei n° 932/1906, foi entre a Rua da Consolação e a Rua Itambé. O segundo, aprovado na Lei n° 2127/1918, foi entre a Rua Bahia e a Av. Angélica. O último, aprovado na Lei n° 2395/1921, foi entre a Rua Bahia e a Rua Rio de Janeiro.

Enquanto em 1903 a Avenida Higienópolis, parcamente ocupada, teve seu calçamento completo aprovado<sup>25</sup>, o calçamento total da Rua Sergipe foi finalizado apenas em 1917. É mais acentuada a situação de áreas situadas na fronteira leste do bairro, hoje direção do Pacaembú, a exemplo da Rua Ceará, que só será pavimentada em 1925, conjuntamente com o último trecho da Rua Sergipe.

Soma-se à descontínua pavimentação das vias a lacunar construção e manutenção de suas calçadas. A construção das calçadas em frente a cada edificação, desde o Código de Posturas de 1886, era de responsabilidade do proprietário do lote. Ao longo do período são muitas as intimações da prefeitura, também publicadas n’*O Correio Paulistano*, para que moradores do Higienópolis realizassem o revestimento de suas calçadas. A construção das calçadas não possuía nenhuma sistematização, era realizada quando tomasse iniciativa o proprietário.

Essa convivência de materialidades “modernas” e “atrasadas” certamente tinha relevância para a experiência do bairro à época. O ritmo descontínuo dos calçamentos significa que nesse ínterim, o habitante e visitante de Higienópolis teve a simultânea vivência de ruas calçadas e de ruas ainda de terra batida ou de macadame. Pode-se imaginar que a ocupação do bairro seguiu seu calçamento, porém, como notado pelo engenheiro relator à Rua Sergipe, verificamos que diversas construções em vias ainda sem calçamento foram realizadas anos antes da pavimentação, como foi possível averiguar pelo Fundo de Obras Privadas do Arquivo Municipal de São Paulo e através dos jornais da época.

O bairro era de fato menos contínuo, homogêneo e consolidado do que o retrato “aristocrático” a pouco traçado. Era uma área em plena expansão, de forma que a cada dois anos sua paisagem se alterava significativamente. Seja com a construção de novas casas, seja com a chegada da pavimentação de paralelepípedos, da iluminação pública, da rede elétrica. Sua “modernização” não foi instantânea, mas possuiu uma temporalidade, que tampouco foi linear, mas perpassada por diversas nuances, idas e vindas.

Nas vias de terra batida ou macadame, em dias secos, quando passavam automóveis ou cavalos, é possível que fosse levantada alta poeira, que provavelmente atrapalhava os transeuntes, sujava suas vestes e encobria de uma fina camada de pó as residências ali situadas. Nos dias de chuva, enlameada, a terra possivelmente tornava qualquer trânsito imundo. Pode-se imaginar que esse era o cotidiano dos “bellos typos architectonicos” da Rua Sergipe até 1914... Certamente o asseio da casa e das roupas era mais complicado nessa condição, sem falar do contraste patente que se evidenciava entre as remexidas ruas de terra e

---

<sup>25</sup> Lei Municipal n° 635/1903

a refinada arquitetura e jardinagem dos palacetes e casarões. Igualmente paradoxal deve ter sido a experiência para quem andava a pé pelo bairro: caminhar por calçadas descontínuas, em que muitas vezes passava-se na terra batida em frente a um suntuoso palacete e rapidamente passava-se para um piso calçado, mas em frente a um singelo conjunto de casas geminadas.

## Bibliografia

- CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. O bravo matutino – imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
- CAPELATO, Maria Helena; PRADO, Maria Ligia. O bravo matutino – imprensa e ideologia: CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Gênero e Artefato: O Sistema Doméstico na Perspectiva da Cultura Material.** São Paulo, 1870-1920. São Paulo: Edusp, 2008.
- CASTRO, Ana Claudia Scaglione Veiga de. Moderna, nacional, estrangeira. A imagem de São Paulo nos anos 1920 nas crônicas de Menotti del Picchia,. Dissertação (Mestrado) - FAU-USP, 2005.
- CHARTIER, Roger. História Cultural: entre práticas e representações Lisboa: DIFEL, 1988.
- GINZBURG, Carlo. “Sinais: raízes de um paradigma indiciário” In Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- HOMEM, Maria Cecília Naclério. **Higienópolis: grandeza e decadência de um bairro paulistano.** São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1980.
- LOTITO, Márcia Padilha. **A cidade como espetáculo: publicidade e vida urbana na São Paulo dos anos 20.** São Paulo, 1997. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- LUCA, Tânia Regina de. A grande imprensa no Brasil da primeira metade do século XX. In: LUCA, Tania Regina de; MARTINS, Ana Luiza (Org.). *História da imprensa no Brasil.* São Paulo: Contexto, 2008. v. 1, p. 149-175.
- LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). Fontes históricas. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.
- MARINS, Paulo César Garcez. Um lugar para as elites: os Campos Elíseos de Glette e Nothmann no imaginário urbano de São Paulo *in São Paulo, os estrangeiros e a construção das cidades.* São Paulo: Ed. Alameda, 2011.
- MARINS, Paulo César Garcez. Através da rótula: sociedade e arquitetura no Brasil, séculos XVII a XX. Tese de doutorado (História Social) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.
- MELO, José Marques de. *História do jornalismo.* Itinerário crítico, mosaico contextual. São Paulo: Paulus, 2012. v. 1.
- MENDES, Ricardo. S.A.R.A. Brasil: restituindo o Mapa Topográfico do Município de São Paulo. *Informativo do Arquivo Histórico de São Paulo.* São Paulo, Ano 10, nº 37, dez. 2014.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. São Paulo: Anais do Museu Paulista, 1994, vol. 2, no 1.

- MENESES, Ulpiano Bezerra de. **Fontes visuais, cultura visual, história visual: balanço provisório, propostas cautelares.** *Rev. Bras. Hist.* [online]. 2003, vol.23, n.45, pp. 11-36. ISSN 1806-9347. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01882003000100002>.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. Memória e Cultura Material: documentos pessoais no espaço público. São Paulo: Revista Estudos Históricos, CPDOC/FGV, 1998, vol. 11, no 21.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. *Cultura material no estudo das sociedades antigas.* Revista de História, São Paulo, n. 115, 1985, p. 113.
- MORSE, Richard. **De comunidade a metrópole:** biografia de São Paulo. São Paulo: Comissão do IV Centenário de São Paulo, 1954.
- o jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
- PILAGALLO, Oscar. História da Imprensa Paulista. São Paulo: Ed. Três Estrelas, 2012
- SEVCENKO, Nicolau. Orfeu Extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

## Arquivos consultados

Acervos dos diários *O Correio Paulistano*, *O Combate*, *A Federação* e *Diário Nacional* na Biblioteca Nacional Digital.

Acervo digital d' *O Estado de São Paulo*.

Fundo de Obras Privadas do Arquivo Municipal de São Paulo.